



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVI — Nº 60

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 1961

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e no art. 1º, nº IV do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 23 do mês em curso às 21,30 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 82, de 1959, na Câ-

mara e nº 1, de 1960, no Senado) que concede ao Instituto de Física Teórica de São Paulo uma subvenção anual de Cr\$ 10.000.000,00.

Senado Federal, em 2 de maio de 1961.

SENADOR AGRO MOURA ANDRADE
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

MESA

Presidente: João Goulart (Vice-Presidente da República).
Vice-Presidente: Senador Moura Andrade.
1º Secretário: Senador Cunha Melo.
2º Secretário: Senador Gilberto Marinho.
3º Secretário: Senador Argemiro Figueiredo.
4º Secretário: Senador Novaes Filho.
1º Suplente: Senador Mathias Olympio.
2º Suplente: Senador Galdo Mondim.

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Da Maioria

Líder: Flávio Mûller.
Vice-Líderes: Lima Teixeira e Nogueira da Gama.

Da Minoria

Líder:
Vice-Líderes:

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Benedito Vailadaires.
Vice-Líderes: Gaspar Veiros e Victorino Freire.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Barros de Carvalho.
Vice-Líderes: Nelson Maculan — Fausto Cabral e Arlindo Rodrigues.

DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Líder: João Villasbôas.
Vice-Líderes: Rui Palmeira — Daniel Krieger — Heribaldo Vieira.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Mem de Sá.
Vice-Líder: Aloísio de Carvalho.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Mengonça Clark.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Jorge Maynard.

Comissões Permanentes

Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente.
Cunha Melo.
Gilberto Marinho.
Argemiro Figueiredo.
Novaes Filho.
Mathias Olympio.
Gildo Mondim.
Secretário: Evandro Mendes Vianna.
Diretor-Geral substituto.

Comissão de Constituição e Justiça

TITULARES

Jefferson de Aguiar, Presidente (PSD).
Daniel Krieger, Vice-Presidente (UDN).
Venâncio Igrejas (UDN).
Milton Campos (UDN).
Heribaldo Vieira (UDN).
Silvestre Pericles (PSD).
Ruy Carneiro (PSD).

Lourenço Fontes (PTB).
Nogueira da Gama (PTB).
Barros de Carvalho (PTB).
Aloísio de Carvalho (PL).

SUPLENTE

1. Rui Palmeira (UDN).
2. Freitas Cavalcanti (UDN).
3. João Arruda (UDN).
4. João Villasbôas (UDN).
1. Alcy Vianna (PSD).
2. Benedito Vailadaires (PSD).
3. Francisco Galvão (PSD).
1. Lima Teixeira (PTB).
2. Vivaldo Lima (PTB).
3. Miguel Couto (PTB).
1. Mem de Sá (PL).

Secretaria: Maria do Carmo Gonçalves Ribeiro Saruwa, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

Comissão de Economia

TITULARES

Gaspar Veiros, Presidente (PSD).
Fausto Cabral, Vice-Presidente (PTB).
Fernandes Fátima (UDN).
Sergio Marinho (UDN).
Del Caro (UDN).
João Arruda (UDN).
Aldo Guimarães (PSD).
Lobão da Silveira (PSD).
Nogueira da Gama (PTB).

SUPLENTE

1. Mourão Vieira (UDN).
2. Joaquim Parente (UDN).

3. Diney Bornhausen (UDN).
4. Ovidio Teixeira (UDN).
1. Eudene Barros (PSD).
2. Francisco Galvão (PSD).
3. Sebastião Archer (PSD).

1. Lima Teixeira (PTB).
2. Saulo Ramos (PTB).

Secretaria: José Soares de Oliveira Filho — Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras às 15,30 horas.

Comissão de Educação e Cultura

TITULARES

Menezes Pimentel, Presidente (PSD).
Paulo Calazans, Vice-Presidente (UDN).
Reginaldo Fernandes (UDN).
Jarbas Maranhão (PSD).
Saulo Ramos (PTB).
Arlindo Rodrigues (PTB).
Mem de Sá (PL).

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).
2. Lino de Mattos (UDN).
1. Lobão da Silveira (PSD).
2. Paulo Fernandes (PSD).
1. Paulo Fender (PTB).
2. Lima Teixeira (PTB).

1. Aloísio de Carvalho (PL).
Secretaria: Maria de Lóndes Chaves Rodrigues.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Finanças

TITULARES

Francisco de Assis - Presidente - PSD.
Ary Vianna - Vice-Presidente - PSD.

João Baptista - UDN.
Daniel Krieger - UDN.
Ruy Carneiro - UDN.
Lima de Mattos - UDN.
Lopes da Silva - UDN.
Gustavo de Sá - PSD.
Miguel Couto - PSD.
Milton Campos - PSD.

Luiz da Silveira - PSD.
Miguel Couto - PSD.
Ruy Carneiro - PIB.
Lima de Mattos - PIB.
Miguel Couto - PIB.
Lima de Mattos - PIB.
Miguel Couto - PIB.

SUPLENTE

1. Milton Campos - UDN.
2. Lima de Mattos - UDN.
3. Ruy Carneiro - UDN.
4. Coimbra Bueno - UDN.
5. João Baptista - UDN.
6. Luiz da Silva - UDN.

1. Sebastião Pêries - PSD.
2. Ary Vianna - PSD.
3. Juracy Magalhães - PSD.
4. Menezes Pimentel - PSD.
5. Pedro Ludovico - PSD.

6. Miguel Couto - PIB.
1. Miguel Couto - PIB.
2. Armando Rodrigues - PIB.
3. Miguel Couto - PIB.
4. Lima de Mattos - PIB.

1. Armando Rodrigues - PL.
2. Miguel Couto - PIB.
3. Armando Rodrigues - PIB.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

Comissão de Legislação Social

TITULARES

Lima de Mattos - Presidente (PSB).
Ruy Carneiro - Vice-Presidente - (PSB).

Venâncio Ferreira - UDN.
Miguel Couto - UDN.
Lima de Mattos - UDN.
Francisco de Assis - PSD.
Menezes Pimentel - PSD.
Paulo Fontes - PIB.
Miguel Couto - PIB.

SUPLENTE

1. Div Huit Rosado (UDN).
2. Padre Calazans (UDN).
3. Humberto Vieira (UDN).
4. Paulo Fernandes (PSD).
5. Lopes da Silva (PSD).
6. Sebastião Archer (PSD).
7. Barros Carvalho (PTB).
8. Leônidas Fontes (PTB).
9. Armando Rodrigues (PTB).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DEPARTAMENTO NACIONAL

ALBERTO DE LÍRIO FERREIRA

CHIEF DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL: ALBERTO DE LÍRIO FERREIRA
CHIEF DA SEÇÃO DE IMPRENSA: MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

1951

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestral Cr\$ 30.00
Ano Cr\$ 60.00
Exterior Cr\$ 130.00
Ano Cr\$ 260.00

FUNCCIONARIOS

Capital e Interior

Semestral Cr\$ 39.00
Ano Cr\$ 78.00
Exterior Cr\$ 108.00
Ano Cr\$ 216.00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão ser tomadas, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto a sua aplicação solicitamos dêem preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os subscreventes as edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0.10 e, por exercício decorrido, cobrará-se mais Cr\$ 0.50.

Comissão de Redação

TITULARES

Francisco de Assis - Presidente - PSD.
Sérgio Maria - Vice-Presidente - UDN.
Venâncio Ferreira (UDN).
Ary Vianna (PSD).
Lourival Fontes (PTB).

SUPLENTE

1. Padre Calazans (UDN).
2. Daniel Krieger (UDN).
3. Menezes Pimentel (PSD).
4. Ruy Carneiro (PSD).
5. Paulo Fontes (PTB).
Secretário: João Batista Castellan - Oficial Legislativo.
Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

Comissão de Relações

Exteriores

TITULARES

Vitorino Lima - Presidente (PSB).
Ruy Carneiro - Vice-Presidente - UDN.
Daniel Krieger (UDN).
Humberto Vieira (UDN).
Benedicto Valente (PSD).
Gaspar Veloso (PSD).
Paulo Fernandes (PSD).
Lourival Fontes (PTB).
Alcides de Carvalho (PL).

SUPLENTE

1. Milton Campos (UDN).
2. Venâncio Ferreira (UDN).

3. Freitas Carnevali (UDN).

1. Menezes Pimentel (PSD).
2. Jefferson de Aguiar (PSD).
3. Ary Vianna (PSD).
1. Fausto Cabral (PIB).
2. Barros Carvalho (PIB).

1. Mem de Sá (PL).

Secretário: João Batista Castellan - Oficial Legislativo.
Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

Comissão de Saúde Pública

TITULARES

Benedito Fernandes - Presidente - UDN.
Alcides de Carvalho - Vice-Presidente - PSD.
Fernandes Fávora (UDN).
Pedro Ludovico (PSD).
Saulo Ramos (PTB).

SUPLENTE

1. Div Huit Rosado (UDN).
2. Lopes da Costa (UDN).
1. Benedito Barros (PSD).
2. Juracy Magalhães (PSD).
1. Miguel Couto (PTB).

Secretário: Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues - Oficial Legislativo.
Reuniões: Quinta-feira às 16 horas.

Comissão de Segurança

Nacional

TITULARES

Teófilo de Assumpção - Presidente - UDN.

Juracy Magalhães, Vice-Presidente - PSD.

Sérgio Maria (UDN).
Jefferson de Aguiar (PSD).
Francisco de Assis (PSD).
Miguel Couto (PTB).
Armando Rodrigues (PIB).

SUPLENTE

1. Benedito Fávora (UDN).
2. José de Assis (UDN).
1. Benedito Barros (PSD).
2. Ruy Carneiro (PSD).
3. Juracy Magalhães (PSD).
1. Saulo Ramos (PTB).
2. Miguel Couto (PTB).

Secretário: Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues - Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

Comissão do Serviço Público Civil

TITULARES

Daniel Krieger - Presidente (UDN).
Juracy Magalhães - Vice-Presidente - PSD.

Joachim Parente (UDN).
Sebastião Archer (PSD).
Paulo Fontes (PTB).
Miguel Couto (PIB).
Alcides de Carvalho (PI).

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).
2. Padre Calazans (UDN).
1. Ruy Carneiro (PSD).
2. Benedito Valente (PSD).

1. Nelson Maculan (PTB).
2. Fausto Cabral (PTB).
1. Mem de Sá (PL).

Secretário: Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues - Oficial Legislativo.

Reuniões: Sextas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

TITULARES

Jorge Magalhães - Presidente (PSB).
Lima de Mattos - Vice-Presidente - UDN.

ATA DA 31ª SESSÃO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4ª LEGISLATURA, EM 2 DE MAIO DE 1951

PRESIDÊNCIA DOS SENHORES VOTANTES ANDRÉ DE OLIVEIRA MACHADO E ARMANDO DE FIGUEIREDO.

Às 14 horas e 30 minutos estiveram presentes os Srs. Senhores:

Guilherme de - Lobão da Silveira - Victorino Lima - Ruy Carneiro - João Baptista - Fausto Cabral - Francisco de Assis - Menezes Pimentel - Alencar de Figueiredo - Ruy Carneiro - Juracy Magalhães - Sebastião Pêries - Jorge Magalhães - Humberto Vieira - Lima de Mattos - Ary Vianna - Jefferson de Aguiar - Alcides de Carvalho - Gilberto Rodrigues - Rogério da Gama - Álvaro Andrade - Lopes da Costa - Saulo Ramos - Pedro Borghmann - Daniel Krieger - Mem de Sá - Guido de - (27)

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença registra o comparecimento de 27 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. Guido Mondin — 2º Suplente servindo de 2º Secretário — Le a ata da sessão anterior, que posta em discussão, é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário dá conta do trabalho.

EXPEDIENTE:**Mensagem nº 31, de 1951**

Número de ordem na Presidência da República: 147.

Excentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso da atribuição que me conferem os artigos 70, 71 e 87, II, da Constituição Federal, resolvi negar sanção ao Projeto de Lei da Câmara nº 82-E, de 1959, (no Senado, nº 1-80), que concede ao Instituto de Física Teórica, de São Paulo, uma subvenção anual de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), por considerá-lo contrário aos interesses nacionais, em face das razões que a seguir vão expostas:

O aumento de despesa previsto no projeto, que atinge o valor de vinte milhões de cruzeiros com a subvenção a ser concedida, também, ao Instituto de Física da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, sem a indicação de onde possam ser retirados esses recursos, fere a boa sistemática orçamentária e vem agravar, sobremaneira, o desequilíbrio financeiro, em contraposição à política adotada pelo Poder Executivo, de rigorosas compressões das despesas públicas, num decidido esforço para diminuir o expressivo "deficit" do presente exercício.

O propósito do Governo de incentivar e fornecer meios para o desenvolvimento da Física, quer no campo teórico quer no campo experimental, será alcançado. Para realização dessa tarefa porém, deve ser elaborado um programa, dentro de um planejamento geral abrangendo todas as instituições que se dedicam a essas atividades. Esse programa, todavia, deverá ser executado, parceladamente com a distribuição de auxílio e subvenções em cada exercício, na oportunidade da elaboração da Lei dos Meios, observada a previsão da Receita.

Dessa forma, além de se evitar o aumento de "deficit" orçamentário, a distribuição obedecerá a um critério justo, com o mérito de não criar privilégios qual seja o de beneficiar entidades isoladas, inclusive sem atentar para o fato de possuírem as mesmas fontes próprias de receita como é o caso da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

São estas as razões que me levaram a negar sanção ao projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 24 de abril de 1961. — *Jânio Quadros*.

Concede ao Instituto de Física Teórica de São Paulo uma subvenção anual de dez milhões de cruzeiros.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida à Fundação Instituto de Física Teórica, de São Paulo, a subvenção anual de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), correndo a despesa respectiva pelo Ministério da Educação e Cultura.

Art. 2º É concedida ao Instituto de Física da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro idêntica subvenção anual, correndo, também, a des-

pesa respectiva, pelo Ministério da Educação e Cultura.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, em 12 de abril de 1961. — *Ranieri Mazzilli*. — *Brício da Silveira*. — *Antonio Baby*.

Avisos:

Da Casa Civil da Presidência da República do seguinte teor:

Brasília, em 28 de abril de 1961.

Senhor Primeiro Secretário:

Considerando a necessidade de centralizar o recebimento de projetos de lei submetidos à sanção presidencial, para efeito de contagem do prazo previsto na Constituição, venho encaminhar as obsequiosas providências de Vossa Excelência, a fim de que tais documentos sejam entregues diretamente à Diretoria do Expediente, que funciona, durante todo o dia, em horário ininterrupto.

2. Solicito, outrossim, no caso dos projetos de lei impressos, que, além dos três autógrafos de rigor, sejam enviados mais cinco exemplares, necessários, entre outros fins, à elaboração da lei e à publicação no *Diário Oficial*.

Com os meus agradecimentos por essa colaboração, que em muito virá beneficiar os serviços desta Presidência, valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha alta estima e distinta consideração. — *Quintanilha Ribeiro*, Chefe do Gabinete Civil.

Do Ministério da Aeronáutica:

Nº 200/2-GM — de agradecimento pela comunicação da instalação do restaurante do Senado, e de ter sido o mesmo franqueado ao pessoal daquele Gabinete.

Nº 185 GM6, transmitindo informações em atendimento ao Requerimento nº 78, de 1961, do Sr. Senador Mendonça Clark.

O SR. PRESIDENTE:

No expediente lido figura mensagem contendo as razões do veto presidencial ao Projeto de Lei (nº 82, de 1959 na Câmara e nº 1, de 1960, no Senado) que concede ao Instituto de Física Teórica de São Paulo a subvenção anual de Cr\$ 10.000.000,00.

A fim de conhecerem do veto esta Presidência convoca as duas Casas do Congresso Nacional para sessão conjunta a realizar-se no dia 25 do corrente, às 21.30 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.

Para a Comissão Mista que o deverá relatar designa os Senhores Senadores:

Victorino Freire (PSD)

Daniel Krieger (UDN)

Mem de Sá (PL)

Está finda a leitura do expediente. (Pausa).

Há oradores inscritos. Com a palavra — por cessão do Sr. Lima Teixeira — o Sr. Argemiro Figueiredo.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, quero agradecer, antes de tudo, a gentileza com que me honrou o nobre Senador Lima Teixeira, meu eminente companheiro de Bancada, cedendo-me sua oportunidade de falar, no dia de hoje.

Não pouparei tempo em trazer ao conhecimento do Senado, no final deste discurso, fatos da maior gravidade que estão ocorrendo no meu Estado.

(Lendo)

Sr. Presidente, quase não possuímos outro meio para manifestar o nosso pensamento perante a nação, além deste, de que, mais uma vez, venho utilizar-me: a alta tribuna do Senado da República.

É certo que a transferência da Capital da República para o Planalto, onde estamos vivendo com as melhores esperanças no futuro da pátria, privou-nos de uma cobertura eficiente e completa, através da gloriosa e valente imprensa do Rio de Janeiro. Os jornais que se editam nesta Capital, apesar de brilhantes e intrepidos, não têm acesso aos Estados mais distantes, e menos as cidades mais populosas do interior desse país. E estas, Sr. Presidente, são mais sentidas agora quando estamos, face a face, com um novo governo da República, de ação singular e revolucionária, que precisa ser acompanhado com a vigilância construtiva do Congresso Nacional.

Por outro lado, as responsabilidades imensas que debruçam o mandato que recebemos do povo, inspiram-nos o desejo e o dever de levar, aos que em nós confiaram, a notícia dos nossos trabalhos, do nosso empenho e do nosso esforço, no cumprimento da missão parlamentar. A democracia é o regime da publicidade e da responsabilidade. O povo que se espalha e morre por todo o grande território deste país, nos mais variados setores de atividades, tem o direito de acompanhar os passos dos seus representantes, que exercem, em seu nome, a soberania nacional. Para nós, não vale apenas a consciência do dever cumprido. É mister que se saiba a forma, que estamos cumprindo o dever. Se a voz desta Casa, mesmo erguida com toda força de nossa resistência e de nossa vontade, confinar-se e morrer aqui, abaixo desta cúpula que bem simboliza a serenidade e o bom senso do Senado da República, teremos um regime esvaziando-se na substância, na vitalidade e no prestígio. Teremos uma democracia estranha, hermelica, que exprime menos o exercício normal de um poder do que a atmosfera nociva dos cárceres. A publicidade, Senhor Presidente, é a vida da democracia. É necessário que o eco de nossa voz chegue aos ouvidos do povo. Chegue a palavra dos que governam; dos que dirigem; dos que aplaudem. Mas, cheguem também os pensamentos dos vencidos; a vigilância dos que se opõem; as razões dos que combatem.

A civilização brindou a democracia com os mais eficientes instrumentos de divulgação. O jornal, o rádio, a televisão. Sem imprensa, e sem um povo livre e, a democracia é uma ficção; é uma mentira; é um engodo.

Dai porque, Sr. Presidente, estamos ainda a duvidar da veracidade dessa notícia deplorável e alarmante que nos chega: a notícia de que agentes do governo teriam mandado cancelar, no programa nacional denominado a "Hora do Brasil", o noticiário parcial dos trabalhos do Congresso. Teria mandado proibir a divulgação do nome dos Deputados e Senadores que criticavam atos do governo. Na Câmara, cheguei a ler que isso estava ocorrendo. Nesta Casa, testemunhei o fato. O nome de um Senador, duas ou três vezes consecutivas, omitido ou cancelado naquele noticiário. Noticiário singelo, em que apenas se divulgava o nome dos parlamentares que ocuparam a tribuna e a matéria de que eles trataram. Não há enômios. Não há elogios, não há qualificativos que possam servir ao apetite dos vaidosos. A divulgação é séria, resumida, sintética. A verdade, porém, Senhor Presidente, é que a nação inteira já se habituou a ouvir, pela "Hora do Brasil", a vida diária do governo, através dos atos e trabalhos do Legislativo e do Executivo. Os que pleiteiam reivindicações para os seus Estados; os que sugerem reclamações; os que protestam contra medidas governamentais; os que, enfim, solicitam dos seus representantes, no Senado e na Câmara, pronunciamentos pela tribuna, ouvem, todos os dias, pela Rádio Nacional, aquela Hora de divulgação, por onde inferem se mereceram a devida atenção dos seus mandatários. É o único veículo de que dispõe o Congresso para se fazer ouvir nos Estados mais longínquos.

nas regiões mais distantes. E é de imaginar o quanto perdemos no conceito do povo; o quanto se desprestigia este poder da República, se aquele órgão de divulgação, fechar-se a voz do Parlamento. Fechar-se é criminosamente, porque ele não é propriedade do chefe do Executivo; não é patrimônio privado dos seus agentes e um Serviço Público, custeado pelo suor do povo. Quero ainda admitir que as omissões que testemunhei significam incapacidade ou relaxamento dos encarregados do noticiário. Mas, irei formular um pedido de informação ao honrado Senhor Ministro da Justiça, no propósito de esclarecer o assunto, interessante à defesa de nossas prerrogativas democráticas.

Não poucas vezes tenho vindo a esta tribuna prestar a minha solidariedade aos atos governamentais, que se me afiguram acertados. Não hesitei em dar-lhes o nosso apoio caloroso nas medidas de moralização administrativa.

Nos atos de prevenção dos crimes — de repressão aos criminosos. Mais número de vezes, no exercício dos direitos e obrigações de parlamentar, tenho-me rebelado contra medidas que, para o bem da nação, não deveriam ser tomadas e respeito mas sem perder a firmeza dos e a participação de um poder da União que tem em si a magnitude do exercício elementar da soberania nacional. Reclamando na ponta da boca, contra a arbitrariedade do poder, porque sou um convencido de que ela significou uma estagnação da política de desenvolvimento do Brasil, eliminando a possibilidade de proteção cambial ao setor industrial do país. Considero aquela instigação a ser e desastrosa aos altos interesses do Nordeste brasileiro no momento em que todos os planos de sua expansão industrial apontavam para o Nordeste. Na política de comércio favorecido, favorecia ainda uma discriminação governamental contra aquela região, ao vez que os Estados mais poderosos da Federação haviam se equiparado internacionalmente com a proteção cambial e aos Estados pobres impunham-se agora o cupido do esforço, do trabalho e do capital, na luta pelo desenvolvimento industrial. Ainda a conduta, Senhor Presidente pela incidência burocrática com que ela se reflete no encarecimento da vida do povo. Além de outras críticas todas movidas sem intencionalidade mas denunciando mais uma discriminação contra o Nordeste no que tange a sua produção agrícola: os Estados do Sul já estavam amparados com a fixação dos preços mínimos dos seus produtos, e o Norte e o Nordeste, contra a determinação da lei, não haviam recebido igual benefício das mãos do Presidente.

Ouvi aqui, de eminente companheiros, críticas candentes contra intercessão indevida do Ministro da Justiça na esfera do Poder Judiciário do Ceará.

Agora, chegam do meu Estado, as notícias mais graves e alarmantes, no que diz respeito à atuação de forças federais, na repressão ao contrabando. Em minha terra, Campina Grande, patrulhas do nosso glorioso Exército, armadas de fuzil e metralhadoras, cercam e invadem casas comerciais, arrastam depósitos, em busca de mercadorias, papéis e documentos que comprovem contrabando. E como nada encontram, encaminham-se para os domicílios privados. Violam as residências, abrem gavetas, malas, penetram nos recessos familiares mais íntimos, prendem e conduzem senhores respeitáveis a setores de investigação e espalham o pânico pela cidade. Mas não é só. Para que o Senado e a Nação conheçam o vulto e a gravidade dos acontecimentos, passo a ler o texto de um telegrama dirigido ao Presidente Jânio Quadros pelo Deputado estadual Vital do Rêgo, meu vigoroso adversário político, líder do governo na Assembleia da Paraíba, e um, das mais formosas esperanças da nova geração de homens públicos do Nordeste.

O Sr. Victorino Freire — É pessoa muito ligada ao Governador Pedro Gordin.

Vinda a, mas após descreções in-
commodas a um jornal da França,
o Sr. de Baudouin permitiu a sua
reintegração oficial no Sr. Baudouin,
e em 1905 a cultura e o país
e que defendeu por todos os
meios os direitos sagrados do po-
pulo a autodeterminação, o Senhor
Quindos não parece ser a

muito disposto a confirmá-las — em face dos rumos a que os acontecimentos estão conduzindo as duas Nações — Cuba e Estados Unidos da América do Norte.

Sr. Presidente, não é só esse jornal que tem a palavra. "Le Monde" também tem a palavra e diz que a situação da América Latina é extremamente grave, com exclusividade. As condições não são diferentes das condições pelo "Le Figaro" e em outras notícias se nota a mesma preocupação quanto ao país que de empenhará o Brasil em face das questões surgidas entre Cuba e os Estados Unidos.

As ponderações que faço neste instante são inspiradas pelas declarações do Sr. Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Jayme de Barros Câmara, e pelos comentários de "O Globo", com relação a próxima visita a Cuba de um grupo de parlamentares.

Deveríamos que esse jornal, que nos obriga a respeitar pela isenção, com que aprecia os acontecimentos, não fizesse tão severas críticas aos representantes do Congresso Nacional. Fiquei-me certo de que o Sr. Jânio Quadros o primeiro a abrir essa porta tão perigosa, com sua visita a Cuba acompanhado de alguns parlamentares.

É muito fácil descrever uma tormenta contra os membros do Poder Legislativo. Entretanto, desconheço — perdemos-me os eminentes Diretores, de "O Globo" — qualquer crítica ao Sr. Presidente Jânio Quadros, pelo incentivo, pelo estímulo que dá ao afetar-se, como todos os outros sentindo, da política tradicional que mantinhamos com os Estados Unidos da América do Norte. Bandeira-se para uma área tão diferente, para a qual só vimos dirigir-se o Marechal Tito, o Sr. Fidel Castro e umas tantas figuras, não trará para o Brasil a gloria que tanto almeja.

Confesso a V. Exa, Sr. Presidente, que por culpa das apreensões manifestadas pelo Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Jayme de Barros Câmara, no artigo publicado pelo "O Globo" em 28 de abril:

"Compreendo que o momento seja de apreensões e perplexidades. Mas uma definição do Brasil, pois que pela sua importância deve pesar na política americana, só poderia favorecer a paz, garantindo a ordem predominante em todo o Continente e pela ameaça permanente do comunismo francamente predominante em Cuba contra a vontade dos cubanos, que fizeram a revolução para libertar-se de um totalitarismo nacional e não para se entregar a outro muito pior e estrangeiro".

As palavras e considerações de D. Jayme de Barros Câmara merecem levadas na devida consideração. Não pelo fato de se tratar do Cardeal-Arcebispo, mas porque refletem o senso de responsabilidade de Sua Eminência e os anseios do povo brasileiro.

Faço essas ligeiras considerações, Sr. Presidente, a fim de que, ponderando-as, o Senado constitua a enviar representantes àquela grande reunião nesses contatos é que sentimos a força da Democracia e aurimos benefícios para prosseguimento da nossa vida parlamentar.

Agradeço à Mesa a oportunidade que me ofereceu ao indicar meu nome para participar de uma reunião que considero das mais interessantes à sobrevivência da Democracia. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa é grata aos louvores formulados pelo eminente Senador Lima Teixeira e os encaminha, de direito, à brilhante representação do Senado na Conferência Interparlamentar de Genebra, dentre a qual deve ser des-

taçado, por sua atuação, o nobre orador.

Tem a palavra o nobre Senador Guido Mondin, para exploração pessoal.

O SR. GUIDO MONDIN

(Para explicação pessoal. Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Senhores Senadores, creio superados todos os debates sobre a mudança da Capital. Entretanto agora é que Brasília vive sua fase mais difícil. Para sua solução todos devemos contribuir com os maiores esforços e, particularmente, com os nossos sentimentos e com a nossa compreensão, a fim de que, no mais curto espaço de tempo, culmemos dos altos interesses nacionais sem nos preocuparmos com aqueles pormenores que têm ensejado tantas intervenções de colegas nesta Casa.

Fa-a assinalar a preocupação que me assalta, basta um pequeno comentário sobre os festejos do primeiro aniversário de Brasília.

Para a sua inauguração — que tanta repercussão teve no mundo inteiro — tudo se fez. No entanto, parece que a timidez tomou conta dos espíritos pois no dia 21 de abril de 1961, assistimos a manifestações sem profundidade, sem participação popular, enfim, sem nenhum sentimento.

A observação desses fatos Senhor Presidente chocou-me profundamente.

As comemorações acusaram um estado de espírito coletivo que a nós, homens públicos, compete modificar, em favor de Brasília. Precisamos tudo fazer rápido, para superarmos essa situação e esse estado de espírito. Como representantes do povo de nossos Estados nesta Alta Casa do Parlamento, não podemos ser insensíveis, alheios, ao que se passa no nosso redor, na Capital da República.

Fui, festejar, a meu modo, o "1º de Maio", visitando as cidades satélites de Brasília e percorrendo-as fui, pouco a pouco, encontrando novas causas para explicar-me o porquê da frieza das manifestações do 21 de abril.

Cito, por exemplo, apenas a cidade satélite de Sobradinho, que, hoje abriga nada menos de vinte e dois mil habitantes; entretanto, não tem água, não tem luz, não tem telefones, além de dispor do mais precário dos transportes.

Sobradinho não tem vida própria. Os seus habitantes, e sobretudo os que trabalham no Plano Piloto gastam, nas duas viagens que fazem por dia, noventa cruzeiros. Portanto, em vinte e cinco dias úteis do mês, um operário dispende dois mil duzentos e cinquenta cruzeiros em transporte além da despesa a que são obrigados a fazer com a alimentação. Nós, os que observamos a vida de Brasília, particularmente a dos desprotegidos, sabemos que estes se alimentam do chamado boião, refeição fornecida aos operários em marmita e da qual fazem uso duas vezes por dia, necessariamente. Custando ela setenta cruzeiros, é, portanto, uma despesa diária a mais de cento e quarenta cruzeiros, ou seja, em vinte e cinco dias de trabalho, três mil e quinhentos e cinquenta cruzeiros.

Somando a despesa do transporte com a das refeições encontramos o total de cinco mil e setecentos e cinquenta cruzeiros.

Estas são razões em que me baseava para reclamar, quando da fixação do Novo Salário-Mínimo que se pretendia dar a Brasília, entendendo que este deveria ser elevado de seis para nove mil e seiscentos cruzeiros. Como poderia um operário que sem outras despesas senão a da sua refeição e transporte, gasta cinco mil setecentos e cinquenta cruzeiros por mês, como atender às necessidades de sua família?

Todas as casas que visitei em Sobradinho se constituem de famílias compostas de quatro, cinco, sete e até oito membros. Consequentemente terá

o operário apenas uma disponibilidade de menos de quatro mil cruzeiros para a custeio de sua família.

Vivendo nesta situação, temos de ver, pelos numerosos casos que constatamos — eis que Brasília deve ter, hoje, aqui trabalhando, cerca de cinquenta mil operários — temos de ver, ainda, diante das dificuldades que estão enfrentando, que Brasília nasceu sob o estigma de graves problemas sociais, para os quais devemos atentar. Não podemos, apenas, para uma exibição ao estrangeiro, apresentar uma arquitetura e um urbanismo singulares, deixando que ao redor do Plano Piloto, em volta da Capital da República, vivam, em estado deplorável milhares e milhares de patrícios nossos!

Em Brasília, deu-se o encontro do homem civilizado, do habitante do rancharão, culto, requintado, com o homem de vida primária, simples, de quase tudo ignorando. Formou-se daí um complexo humano com resultantes para as quais devemos atentar.

Estou a imaginar as dificuldades do Governo, particularmente da Prefeitura do Distrito Federal. Sei dos esforços do Sr. Prefeito Paulo de Tarso. A minha intervenção não tem sentido de crítica; apenas manifesto a minha preocupação em face dessa situação. Não é possível, Sr. Presidente, prosseguir-se tranqüilamente diante de tudo isso.

Testemunhei, em Sobradinho, o caso de uma pessoa doente, necessitando transferir-se para o Pronto Socorro, no Plano Piloto; não teve outro remédio senão alugar um caminhão de carga, tendo-lhe sido cobrada a importância de três mil cruzeiros.

Existe, em Sobradinho, um posto do SAMDU. Constitui-se, entretanto, uma das muitas oxeiras que ouvi dos moradores. Nem sempre nem em toda hora há médicos disponíveis e muito menos, medicamentos...

Em face desse quadro, compete à Prefeitura procurar uma solução. Não que venho à minha tribuna, entendendo que devíamos ter previsto que a construção da NOVACAP atrairia patrícios nossos de todos os rincões, e que tais problemas fatalmente surgiriam.

Creio, a tribuna do Senado não se dá para apenas a intervenções de alta intervenção; ela oferece-nos ensino de contar e cuidar desses pormenores de tanto sentido humano.

Estou a imaginar o que será o rancharão, quando, constituída a Câmara Municipal do Distrito Federal; a todos iremos assistir, dadas as dificuldades em resolver problemas nada fáceis. O que apenas venho fazer da minha tribuna, é apelar no sentido de que as autoridades responsáveis não deixem que se agravem os problemas, que euvidem deles. Nós, os melhores paulistas, nós que nos queixamos dos mosquitos e das águas estagnadas, não podemos imaginar o que sejam as atribuições dessa gente que vive nas cidades satélites, com precariedade de transporte, em moradias que nem têm o direito de assim serem chamadas, como certas casas de Sobradinho, por onde passa um córrego cujas águas são contaminadas pelos detritos humanos e podem até levar-nos a uma epidemia!

Urge que todos esses aspectos sejam examinados pela administração e com a maior urgência possível solucionados.

A Capital do Brasil não pode prosseguir com este estigma, para que ela realmente possa apresentar-se a nós, em primeiro lugar, e depois ao estrangeiro, como realização legítima da força, da capacidade, da determinação e do idealismo da gente brasileira. Mas, antes de tudo, que se forme, dentro dos nossos corações, da nossa consciência, como uma realidade da qual nos possamos orgulhar. Por isso mesmo, com sinceridade de propósitos dirijo meu apelo ao senhor

Prefeito Paulo de Tarso. Pode Sua Exa contar com a minha colaboração no sentido de levar aos nossos irmãos residentes nas cidades satélites, um pouco de conforto que lhes permita viver, pelo menos, com um mínimo de dignidade. (Muito bem! Muito bem! Famosos).

Em meio ao discurso do senhor Guido Mondin, o Sr. Gilberto Marinho deixa a Presidência, assumindo-a o Sr. Argemiro Figueiredo.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e apoiado o seguinte:

Requerimento nº 116, de 1961

Nos termos do art. 212, alínea Z — 4, do Regimento Interno, requer a constituição de uma Comissão de 6 membros para representar o Senado no desembarque, na cidade do Rio de Janeiro, do ex-Presidente da República, Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, por ocasião da sua chegada ao país, no dia 5 do corrente.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1961. — Victorino Freire. — Nogueira da Gama. — Jorge Maynard. — Ruy Carneiro. — Lima Teixeira.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento que acaba de ser lido será votado após a Ordem do Dia. Sobre a mesa outro requerimento que vai ser lido.

E' lido o seguinte:

Requerimento nº 117, de 1961

Senhor Presidente

Nos termos do Regimento Interno, venho requerer a V. Exa sejam solicitadas do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes as seguintes informações:

1) Sob que fundamento propôs esse Instituto a ação rescisória do contrato de locação do apartamento, no Conjunto residencial Jardim de Alá, contra o jornalista Gil Amora;

2) Qual o critério diferencial, estabelecido por essa entidade, entre jornalista profissional e jornalista liberal, para efeito de promover a citada medida.

Justificação

A ser feita da tribuna.

Sala das Sessões, 2 de maio de 1961. — Gilberto Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra, para justificar o requerimento, o Sr. Gilberto Marinho.

O SR. GILBERTO MARINHO:

Senhor Presidente, formulei o seguinte Requerimento de Informações a ser dirigido ao I.A.P.C.:

1) Sob que fundamento propôs esse Instituto a ação rescisória do contrato de locação de apartamento, no Conjunto Residencial Jardim de Alá, contra o jornalista Gil Amora;

2) Qual o critério diferencial, estabelecido por essa entidade, entre jornalista profissional e jornalista liberal, para efeito de promover a citada medida.

Trata-se de requerimento referente a imóvel locado pelo I.A.P.C. ao antigo e brilhante jornalista e economista, Gil Amora, que toda a Nação já bem conhece, Presidente do Sindicato de sua classe (1935-1937) e fundador de Vanguarda, Diário da Noite, A Nação, Nacional, Avante, Gazeta de Notícias, O Jornal, O País, A Pátria, A Rua, A Batalha, A Esquerda, etc. Aquêle periodista, registrado sob o número 951, livro III, fls. 76, em 12 de julho de 1929, e matriculado no Sindicato dos Jornalistas Profissionais

Um desejo nesta oportunidade que me oferece congratular-me, desta vez, com S. Exa. o Senhor Presidente da Republica pelo exito completo da Segunda Reunião dos Governadores, dada as providências altamente significativas e providas

"Eu quero agradecer ao Governador de meu Estado natal as palavras de S. Exa.; quero agradecer a presença das altas autoridades federais, estaduais a estes trabalhos, a presença da alta autoridade religiosa de Culabá e transito ao Chefe do Gabinete Militar, a S. Exa. General Pedro de Almeida o encargo de constituir os grupos com os quais começaremos imediatamente a prestar os serviços para os quais nos entregamos aqui".

Sr. Presidente, este foi o discurso pronunciado por S. Exa., o Senhor Presidente da República, cuja leitura precedeu para que conste dos annos da Casa. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a de amanhã a mesma matéria con-ante o aviso de hoje e mais a seguinte.

ORDEM DO DIA

Sessão de 3 de maio de 1961

VOTAÇÃO

1 — Votação em discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 1961 nº 1.139, de 1959, na Câmara, que concede pensão vitalícia de Cr\$ 8 000,00 mensais a Ana Aguiar Barbosa da Cruz, viúva do engenheiro e professor Henrique Barbosa da Cruz, tendo pareceres favoráveis, sob nºs 91 e 92, de 1961, das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

2 — Votação, em primeira discussão (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 265 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado, nº 31, de 1960, que es-

tabelece a idade-limite para admissão de servidor no Serviço Público, Entidades Paraestatais e Sociedades de Economia Mista, tendo parecer sob nº 94, de 1961 da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

3 — Votação, em discussão única do Requerimento nº 115, de 1961, dos Srs. Senadores Barros Carvalho e Vitorino Freire, como líderes, respectivamente, do Partido Trabalhista Brasileiro e do Partido Social Democrático, solicitando urgência nos termos do art. 330, letra c, do Regimento Interno, para o projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1958, que regula o direito de greve.

4 — Votação, em discussão única, do Requerimento nº 116, de 1961, do Sr. Vitorino Freire e outros Srs. Senadores, solicitando a designação de uma Comissão de 6 membros para representar o Senado no desembarque do ex-Presidente da República, Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, por ocasião de sua chegada ao País, no dia 5 do corrente.

DISCUSSÃO

5 — Primeira discussão (apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do Art. 265 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado nº 1, de 1961, que concede aos municípios auxílio igual a dez por cento do imposto de consumo para o fomento da produção agro-pecuária, tendo parecer sob nº 95, de 1961, da Comissão de Constituição e Justiça, pela rejeição.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 20 minutos).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Ato do Primeiro Secretário

O Sr. Primeiro Secretário, em 27 de abril do corrente ano, deferiu o seguinte requerimento:

Nº 113-6. — Em que Romildo Fernandes Gurgel, Oficial Legislativo, símbolo PL-8, solicita licença para tratamento de saúde a partir de 29 de março do corrente ano.

Secretaria do Senado Federal, em 28 de abril de 1961. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral, Substituto.

Atos do Diretor Geral

O Diretor Geral deferiu os seguintes requerimentos:

Nº 250-60. — Em que Avejar Fonseca de Souza, Auxiliar de Limpeza, símbolo PL-11, solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, no total de 20 anos, 8 meses e 26 dias;

Nº 26-61. — Em que Rosa Batista Miranda, Oficial Legislativo símbolo PL-7, solicita contagem de tempo de serviço prestado à Prefeitura Municipal de Lajinha, no Estado de Minas Gerais, no total de 5 anos, 11 meses e 6 dias;

Nº 11-61. — Em que Gelda Lyra Nascimento, Taquígrafa, símbolo PL-8, solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, no total de 11 anos;

— De José Roseo Filho Motorista Auxiliar símbolo PL-10, solicitando contagem de tempo de serviço prestado ao Exército Nacional, no total de 1 ano, 4 meses e 17 dias;

— De Grécia Cruz da Fonseca, Oficial Legislativo símbolo PL-7, solici-

tando 15 dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 1 de abril do corrente ano.

Secretaria do Senado Federal em 28 de abril de 1961. — Ninon Georges Seal, Diretora do Pessoal.

PORTARIA Nº 44, DE 2 DE MAIO DE 1961

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve desligar Mécia de Souza, Auxiliar de Portaria PL-1, do seu Gabinete. — Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral.

SENADO FEDERAL

Editais

Pelo presente Edital, a Comissão designada pelo Sr. 1º Secretário Senador Leopoldo Iavares da Cunha Melo, e composta dos Senhores Dr. Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral da Secretaria e presidente da Comissão, Dr. Luciano Mesquita, Assessor Legislativo, e Sr. João Pires de Oliveira Filho, Oficial Legislativo e Secretário da Comissão, convoca, na forma do artigo 226, parágrafo 2º, da Resolução nº 6, de 1960, pelo prazo de trinta (30) dias, a partir desta data, o Sr. Luiz dos Santos Fonseca, Auxiliar de Limpeza, PL-11, a fim de que venha a ter vistas e apresentar defesa no processo administrativo de comissão, por abandono do cargo, que lhe está sendo movido na Secretaria do Senado Federal, com fundamento no artigo 210, item II, parágrafo 1º, da Resolução nº 6, de 1960.

Secretaria do Senado Federal em 14 de abril de 1961. — Evandro Mendes Vianna, Presidente da Comissão.